

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa¹⁹

Resumo

O objetivo deste ensaio teórico foi apresentar as mudanças e as especificidades da educação superior de caráter profissionalizante no âmbito da formação acadêmica e formação profissional nos Institutos Federais do Brasil. A educação superior de cariz profissionalizante aprimorou a educação básica por meio de atividades formativas integradoras (ensino, pesquisa, extensão). A expansão desse nível de ensino permitiu a defesa e a relevância em se formar sujeitos tecnicamente qualificados como cidadãos e profissionais no contexto da educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, o diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional pode ampliar o papel dos atores educativos na educação profissional tecnológica e, por conseguinte, promover ações coletivas e coerentes com oferta da graduação nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Ensino superior; Formação.

¹⁹ Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

A oferta do ensino profissionalizante no Brasil, tradicionalmente, foi constituída sob o argumento de que se fazia necessário preparar técnica e profissionalmente os cidadãos para o mundo do trabalho (Cunha, 2000). As primeiras instituições federais de ensino técnico no país foram responsáveis por viabilizar a profissionalização da classe trabalhadora, de forma gratuita, em oficinas de trabalhos manuais. Mesmo com o investimento das políticas educacionais para a consolidação desses espaços educativos na época, a falta tanto de mestres de ofícios especializados quanto de professores qualificados para atuarem na formação dos alunos, o alto índice de evasão do público e a reduzida mão de obra qualificada exigida pelo mercado foram reflexos da ausência de infraestrutura e do efetivo cumprimento do papel dessas escolas profissionalizantes (Ramos, 2011; Sales & Oliveira, 2011; Santos, 2007).

A partir da década de 1990, alguns marcos regulatórios foram fundamentais para reconfigurar as políticas educativas no Brasil, inclusive da modalidade da Educação Profissional e Tecnológica (Guimarães & Silva, 2010; Oliveira, 2013). A mudança mais recente e complexa ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892/2008 (MEC, 2008). Esse dispositivo legal viabilizou a incorporação de algumas Escolas Técnicas Federais e a transformação dos Centros Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet). A partir dessa mudança, foi possível retomar a articulação do ensino médio e ensino técnico na modalidade integrada, ampliar a oferta de cursos de educação superior, expandir o ensino profissionalizante através da implantação de novas instituições e investir na formação de professores no contexto educativo dos Ifet (Batista & Muller, 2013; Frigotto & Ciavatta, 2003; Ruiz, 2010; Kuenzer, 2006; Kuenzer & Lima, 2013; Lima Filho, 2010; Otranto, 2010, 2013; Ramos, 2011).

Em contraponto à concepção de que a educação profissional e tecnológica está associada a um ensino de “segunda ordem”, os Ifet protagonizaram a retomada da valorização da educação profissional e tecnológica por meio da defesa de um currículo acadêmico integrado à práxis desde o ensino técnico integrado à educação superior. Nesse sentido, a ampliação da função social da escola, a democratização do ensino e a formação integral dos estudantes tornaram-se dimensões de interesse para a construção das políticas de ensino dessas instituições.

Atualmente, o Brasil dispõe de 40 instituições federais de educação profissional e tecnológica, sendo 38 Institutos Federais e 02 Centros Federais localizados em diferentes regiões do país. Essas instituições são constituídas por 643 campi distribuídos nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal (Inep, 2017). Nos Institutos Federais, há espaços para a discussão em favor de

uma educação profissional e tecnológica capaz de formar sujeitos tecnicamente qualificados como profissionais e cidadãos comprometidos socialmente. Essa nova institucionalidade dos Ifet também fundamentou a concepção e o planejamento dos processos educativos presentes na oferta dos cursos superiores de cariz profissionalizante.

Nessa direção, torna-se necessário compreender as premissas básicas da oferta da educação superior nos Institutos Federais e em que medida as especificidades de cariz profissionalizante podem ser discutidas perante a formação acadêmica e formação profissional. Para fundamentar o diálogo proposto, será apresentada a concepção da educação superior ofertada nos Institutos Federais a fim de demarcar as premissas que ancoram a qualidade do ensino acadêmico-profissional nesses espaços educativos.

A educação superior de cariz profissionalizante

A educação superior brasileira foi objeto de importantes reformas no sistema educacional do país. Por meio das políticas de expansão e democratização da educação superior, foi possível garantir a muitos estudantes a oportunidade de acesso a uma formação qualificada (Dias Sobrinho, 2013; Ristoff, 2018). No contexto da educação profissional tecnológica, a educação superior foi organizada com base na análise e na previsão de necessidades da sociedade, na promoção do saber mediante a pesquisa, na difusão das produções científicas e na cooperação com o mundo do trabalho para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Lima, 2013).

A educação superior está presente em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A diversificada oferta de cursos nas IES produziu modelos organizacionais e institucionais repletos de concepções e de interesses distintos sobre os processos de formação acadêmica e profissional (Dias Sobrinho, 2010). No que se refere ao segmento de IES federais no Brasil, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) são responsáveis pelo nível superior de ensino na modalidade da educação profissional e tecnológica e na área da formação de professores em espaços não universitários. A proposta dos Ifet é proporcionar trajetórias acadêmicas em articulação com as questões do trabalho, promovendo espaços e recursos para desenvolver a autonomia reflexiva, teórica e prática da comunidade (Andrade & Kipnis, 2010) e, ainda, o desenvolvimento socioeconômico e produtivo do país (Moura, 2005).

No atual cenário da educação, os Institutos Federais estão reunidos em 40 unidades, que correspondem a 37% das IES públicas federais e respondem por 215.843 matrículas no âmbito das

IES públicas federais no Brasil (Inep, 2019). Ainda que, em relação à organização administrativa e à oferta de vagas de cursos, prevaleça o domínio das universidades no segmento público federal, os Ifet dispõem de 643 campi distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal do Brasil, conforme já mencionado. Esse considerável quantitativo de Institutos Federais é fruto da política de expansão e implantação de instituições responsáveis pela educação profissional e tecnológica em regiões que, até então, eram desprovidas de espaços educativos de qualidade e de oportunidades no ensino técnico e superior. Entre 2008 e 2018, o aumento progressivo de matrículas (de 40.935 para 215.843) na educação superior dos Ifet proporcionou a escolarização e profissionalização de estudantes que aguardavam por oportunidades para ingressar na educação superior pública.

Nos Institutos Federais, prevalece a oferta de cursos de graduação presenciais na área da Educação (formação de professores de disciplinas profissionais) e da Engenharia, Produção e Construção (eletrônica e automação) (Inep, 2019). O investimento nessas áreas materializou a inovação do caráter educativo nos Ifet quanto à proposta de integração do currículo acadêmico entre a formação docente e a formação técnica em nível superior. Nesse cenário, a educação superior tem pretendido, de um lado, romper com a valorização exacerbada da preparação de mão de obra sob o cariz instrucional que historicamente vigorou nesses espaços formativos e, de outro, defender a interdependência da ampla formação do sujeito com a formação profissional qualificada.

No contexto da educação profissional e tecnológica, a proposta de articulação entre a formação acadêmica e a formação profissional nos Ifet tem sido pautada pelo diálogo entre a educação básica (de nível médio), o ensino profissionalizante (técnico) e a educação superior (Tecnólogos, Bacharelados e Licenciaturas). A proposição do ensino integrado nesses espaços tem ampliado o debate e as conexões sobre a produção do conhecimento e a preparação para o mercado de trabalho, entendida para além da aquisição de uma técnica. A defesa de uma construção dialética entre a produção do conhecimento e a profissionalização qualificada é fruto da concepção de que se pode aproximar aspectos históricos e culturais da comunidade acadêmica de uma possível reorganização dos currículos, envolvendo os atores educativos no processo de desenvolvimento de competências dos futuros profissionais em benefício do aperfeiçoamento socioeconômico do país.

No conjunto de princípios norteadores dos Institutos Federais, a ampliação da função social da escola, a democratização do ensino e a formação integral dos estudantes fundamentam as políticas de ensino dessas instituições. Nesse sentido, a educação superior nos Institutos Federais elevou a discussão sobre a inclusão de oportunidades de formação, em que as concepções

educacionais voltadas para as competências e para as questões do mundo do trabalho são necessárias para compor o perfil acadêmico e institucional (Lefosse, 2010).

Vale ressaltar que associar a formação acadêmica com a formação profissional não se restringe ao compromisso de preparar o estudante exclusivamente para o mercado de trabalho. Na conjuntura atual, a modalidade da educação profissional e tecnológica em nível superior tem problematizado sobre a defesa de um ensino compreendido somente sob a ótica do manejo da técnica, dissociado da formação e experiência humana no processo formativo (Fischer & Franzoi, 2009; Otranto, 2013). De acordo com Marinho-Araujo e Rabelo (2015), compreender o construto da competência nos processos de formação do sujeito envolve contemplar, para além dos aspectos cognitivos e de habilidades, os processos subjetivos, afetivos e socioculturais que acompanham a trajetória acadêmica. Nessa direção, cabe aos Institutos Federais viabilizar ações que sejam voltadas para a produção do conhecimento científico, profissional e tecnológico no processo educativo, a fim de consolidar uma educação democrática, inclusiva e emancipatória no âmbito da educação profissional e tecnológica.

Nesse contexto, acompanhar o debate das políticas institucionais frente à oferta da educação superior no contexto da educação profissional e tecnológica, participar das ações envolvendo o projeto político-pedagógico, apoiar a trajetória dos estudantes, contribuir para a construção do perfil acadêmico e profissional da comunidade acadêmica compõem como dimensões importantes para caracterizar e garantir a oferta da educação superior de cariz profissionalizante. Nessa perspectiva, é necessário investir no diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional na educação superior dos Institutos Federais.

Formação acadêmica e formação profissional

No contexto da educação profissional e tecnológica, o ensino superior tem sido constituído pela defesa do diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional. Ao longo da formação de nível superior é que os processos de formação de sujeitos autônomos, críticos, protagonistas e comprometidos ética e socialmente com sua realidade são constituídos e, ainda, são potencializadas a produção de conhecimentos e a instrumentalização dos atores educativos para o fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem, transformação social, conscientização e de empoderamento da comunidade acadêmica (Marinho-Araujo, 2009).

Dentro de um cenário de possibilidades, a educação superior ofertada nos Institutos Federais envolve o debate acerca da produção do conhecimento e da formação de professores atenta às questões do mundo do trabalho e às demandas sociais a serem respondidas. Mesmo que, nesses espaços educativos, esse enfoque seja constituído por diferentes concepções e finalidades, entende-se que esse debate pode contribuir para uma trajetória formativa integradora e de qualidade do estudante.

Nessa direção, compreender historicamente as reformas no ensino profissionalizante e, por conseguinte, a ampliação das concepções e da oferta formativa nesse contexto são aspectos importantes para desenvolver ações de planejamento e mobilização do coletivo institucional em prol da integração entre a produção do conhecimento e o mundo do trabalho na realidade dos Institutos Federais. Na proposta de uma educação integral defendida pelas políticas institucionais dos Ifet, discutir a formação em nível superior de ensino aproximada com a profissionalização qualificada permite um fortalecimento das trajetórias acadêmicas dos estudantes.

Para tanto, torna-se necessário implementar projetos educacionais acerca da oferta da educação superior e conduzir ações que envolvam a participação conjunta de coordenadores, docentes e técnicos responsáveis pela elaboração e revisão do projeto de desenvolvimento institucional, político-pedagógico institucional, bem como a apropriação desses projetos por parte dos atores educativos. Além disso, tornar públicas as concepções da avaliação da educação superior no debate com os atores educacionais pode facilitar a compreensão, por parte desses profissionais, da necessidade dos procedimentos de autoavaliação institucional e, por conseguinte, o assessoramento da equipe de coordenações de cursos no cumprimento dos indicadores de compromissos educacionais firmados ao longo de cada ano letivo.

Na educação superior de cariz profissionalizante, trabalhar a formação acadêmica associada à formação profissional permite estender o apoio da equipe acadêmica ao debate de ampliação do Catálogo Nacional dos Cursos superiores em Tecnologia e das Diretrizes dos Cursos em Licenciaturas. Esse apoio, que tem um caráter de assessoria ao trabalho das coordenações de curso, resulta no fortalecimento de práticas de ensino que articulem os componentes práticos com os teóricos, em observância à necessidade de se desenvolver projetos interdisciplinares integrados no contexto da educação profissional e tecnológica.

Nos Institutos Federais, é muito comum os estudantes buscarem, no nível superior de educação, uma melhor condição de formação voltada para o mundo do trabalho. Na conjuntura atual, essa concepção tem sido ampliada e ressignificada, tanto pelos discentes quanto pela

política institucional, para um reconhecimento de uma formação ampla e qualificada na educação superior. Nesse sentido, torna-se imprescindível investir nas discussões a respeito do desenvolvimento adulto, nas transições e rupturas das trajetórias acadêmicas e profissionais provenientes nesse contexto, além das discussões sobre o delineamento de estudos que construam o perfil discente, especialmente quanto aos aspectos sociodemográficos, familiares, socioeconômicos e suas relações com o processo de formação e construção da cidadania. Além disso, no que se refere ao diálogo entre a formação acadêmica e profissional sob a ótica crítica e emancipatória dos estudantes, os Institutos Federais precisam sistematizar ações de mapeamento das expectativas dos discentes ao ingressarem na educação superior e implementar programas que apoiem a trajetória de desenvolvimento do aluno nessa modalidade de ensino.

Diante do exposto, a educação superior ofertada no contexto da educação profissional e tecnológica pode ser considerada uma referência importante para a proposição de um diálogo com uma das dimensões centrais dos processos educativos: processos de conhecer e de tornar aplicado o conhecimento por meio de uma formação profissionalizante qualificada. Importa destacar que essa articulação inicial, por um lado, é uma defesa de que a educação superior de cariz profissionalizante é capaz de facilitar diversas estratégias formativas e de promover espaços de mediação diversos com os diferentes atores educativos e, por outro, trata-se de um recorte das contribuições dessa atuação para a mobilização intencional da comunidade acadêmica em busca do conhecimento e da contínua formação prática.

Considerações finais

O contexto da educação profissional e tecnológica não foi constituído pela oferta exclusiva de uma única modalidade de ensino no Brasil. A educação superior de cariz profissionalizante configura uma das iniciativas para a reestruturação da política do ensino profissionalizante, a fim de aprimorar a educação básica por meio de atividades formativas integradoras (capacitação, pesquisa, extensão) entre esses níveis de ensino, além de oportunizar a democratização do acesso por meio da expansão e de novas ofertas de vagas nos Institutos Federais.

Os investimentos políticos, técnicos e financeiros para a promoção de uma formação acadêmica e profissional qualificada nos Institutos Federais envolvem a articulação entre a produção do conhecimento, da pesquisa e das questões do mundo do trabalho nos mais diferentes níveis de ensino (ensino básico técnico à educação superior). No âmbito da educação superior, esses espaços formativos defendem a urgência e relevância em se formar sujeitos tecnicamente

qualificados como cidadãos e profissionais no contexto da educação profissional e tecnológica. Para tanto, são viabilizadas à comunidade acadêmica oportunidades de aperfeiçoamento em diferentes percursos formativos (ensino, pesquisa, estágios, extensão), de uma inclusão escolar para muitos e para uma construção de um currículo acadêmico integrado à práxis. Nesse sentido, os Ifet propõem políticas institucionais que, para além do compromisso com o ensino, envolvem os estudantes, os docentes e a equipe técnica no desafio de implementar uma formação integral no âmbito da educação profissional e tecnológica.

É nesse contexto que a defesa do diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional emerge como uma importante contribuição para ampliar o papel dos atores educativos na educação profissional tecnológica e, por conseguinte, promover ações coletivas e coerentes com a defesa dessa oferta nos Institutos Federais. Nessa direção, o nível superior de ensino ofertado nos Ifet brasileiros também traz uma proposta inovadora para a formação acadêmica ao criticar o caráter tecnicista que foi defendido por muito tempo no ensino profissionalizante. Diante desse cenário, espera-se que o fortalecimento da oferta de educação superior nesses espaços possa consolidar ações ampliadas e coletivas para uma formação acadêmica e profissional qualificada de estudantes e professores, contribuindo também para o desenvolvimento de futuros trabalhadores competentes e críticos em suas realidades.

Referências

- Andrade, A. F. B. & Kipnis, B. (2010). Cursos superiores de tecnologia: Um estudo sobre as razões de sua escolha por partes dos estudantes. In J. Moll (Eds.). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo* (pp. 175-191). Artmed.
- Batista, E. L. & Müller, M. T. (2013). *A educação profissional no Brasil*. Alínea.
- Cunha, L. A. (2000). O ensino industrial manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 89-108. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200006>.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1223-1245. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>.
- Dias Sobrinho, J. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Revista de Avaliação da Educação Superior*, 18(1), 107-126. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007>.
- Fischer, M. C. B. & Franzoi, N. L. (2009). Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. *Educação, Sociedade & Cultura*, 29, 35-51. <https://www.fpce.up.pt/cie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>.

- Frigotto, G. & Ciavatta, M. (2003). Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, 24(82), 93-130. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>.
- Guimarães, M. & Silva, M. C. M. (2010). As políticas da educação tecnológica no Brasil do século XXI: reflexões e considerações do SINASEFE. In J. Moll (Ed.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo* (pp. 244-252). Artmed.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). *Censo da Educação Superior 2016*. <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019). *Censo da Educação Superior 2018*. <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.
- Kuenzer, A. Z. (2006). A educação profissional nos anos de 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, 27(96), 877-910. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313708012>.
- Kuenzer, A. Z. & Lima, H. R. (2013). As relações entre o mundo do trabalho e a escola: a alternância como possibilidade de integração. *Educação*, 38(3), 523-535. DOI: <https://doi.org/10.5902/198464448989>.
- Lefosse, M. Z. C. M. (2010). Educação profissional e tecnológica: as interfaces dos IFET's [Trabalho apresentado] *V Encontro de pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social*, Maceió, Brasil.
- Lima, P. G. (2013). Políticas de Educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação*, 18(1), 85-105. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100006>.
- Lima Filho, D. L. (2010). Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In J. Moll (Ed.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo* (pp. 141-158). Artmed.
- Marinho-Araujo, C. M. (2009). Psicologia Escolar na Educação superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In C. M. Marinho-Araújo (Ed.). *Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática* (pp. 155-202). Alínea.
- Marinho-Araujo, C. M. & Rabelo, M. L. (2015). Avaliação educacional: a abordagem por competências. *Avaliação*, 20(2), 443-466. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/S1414-40772015000200009>.
- Ministério da Educação. (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.
- Moura, D. H. (2005). Algumas implicações da reforma da educação superior sobre a educação profissional. *Holos*, 21(4), 4-14. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2005.76>.
- Oliveira, R. (2013). A reforma da educação profissional nos anos 90. In E. L. Batista & M. T. Müller (Eds.). *A educação profissional no Brasil* (pp. 219-234). Alínea.

- Otranto, C. R. (2010). Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. *Revista Retta*, 1, 89-108. <https://mapadatese.files.wordpress.com/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otranto.pdf>.
- Otranto, C. R. (2013). A reforma da educação profissional e seus reflexos na educação superior. *Revista Temas em Educação*, 22(2), 122-135. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17782>.
- Ramos, M. N. (2011). *Educação profissional: história e legislação*. IFPR.
- Ruiz, A. I. (2010). Ensino médio, educação profissional: outros caminhos para a mudança. *Revista Retratos da Escola*, 4(7), 341-352. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v4i7.91>.
- Ristoff, D. (2018). Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. *Revista Espaço Pedagógico*, 26(1), p. 9-32. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v26i1.8406>.
- Sales, P. E. N. & Oliveira, M. A. M. (2011). Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In M. L. M. de Carvalho (Ed.). *Cultura, saberes e práticas* (pp. 165-184). Centro Paula Souza.
- Santos, J. A. dos. (2007). A trajetória da educação profissional. In E. M. T. Lopes, L. M. Veiga, & C. Greive (Eds.). *500 anos de educação no Brasil* (pp. 234-256). Autêntica.

CONCEPTIONS OF YOUTH IN THE STUDIES OF CAREERS

Abstract

The aim of this theoretical essay was to present the changes and specificities of higher education of a professional character within the scope of academic training and professional training at Federal Institutes in Brazil. Higher education of a professional nature has improved basic education through integrative training activities (teaching, research, extension). The expansion of this level of education allowed for the defense and relevance of training technically qualified subjects as citizens and professionals in the context of professional and technological education. In this context, the dialogue between academic training and professional training can expand the role of educational actors in technological professional education and, therefore, promote collective and coherent actions with the offer of graduation in Federal Institutes.

Keywords: Professional and technological education; Higher Education; Formation.